

DIREITOS *com* **Igualdade**

LA SALETTE MARQUES

Candidata a Presidente das MS-ID



/DireitosComIgualdade

DIREITOS COM IGUALDADE

"Não estou nada, mas nada mesmo interessada em que as mulheres façam aquilo que os homens fizeram durante séculos, milénios. O que me interessa é descobrir como as mulheres podem dar, de maneira original, uma contribuição para que vivamos uma História de dimensão Humana e de dimensão Global."

(Maria de Lourdes Pintassilgo, 1981)

Candidatura à Presidência Nacional das MS-ID

2026-2028

La Salette Marques

INTRODUÇÃO

O reconhecimento efetivo dos Direitos das Mulheres continua a ser um dos testes mais exigentes à qualidade da Democracia. Quando as mulheres vivem com medo, quando auferem salários mais baixos pelo mesmo trabalho, quando permanecem sub-representadas nos centros de decisão ou quando vêem a sua autonomia condicionada por desigualdades estruturais, a Democracia está incompleta. E **nós não aceitamos Democracias incompletas!**

Contudo a Igualdade não se proclama, é uma construção diária, com determinação política, organização coletiva e presença firme nos espaços onde as decisões são tomadas.

Esta moção parte de uma convicção política central:

A Igualdade só é efetiva quando os direitos são exercidos com autonomia, segurança, independência económica e presença plena nos espaços de decisão política, económica e social.

A Igualdade formal não basta por si só. A igualdade efetiva exige transformação estrutural.

O poder de decisão é muito mais do que um lugar: é responsabilidade, competência e capacidade para liderar e agir. É sobre esse empoderamento feminino, consciente e preparado, que esta moção se apresenta a sufrágio.

Não falamos de ocupação simbólica de lugares; falamos de influência real, de liderança qualificada e de capacidade de transformação.

Propomos a construção de redes colaborativas robustas, territorialmente enraizadas, capazes de responder aos desafios sociais emergentes, com estratégia e visão, numa perspetiva de proximidade e de envolvimento de todas quantas queiram integrar esta rede.

Vivemos um tempo marcado por retrocessos democráticos preocupantes. Normalizam-se discursos populistas que exploram o medo e alimentam o ódio. Crescem narrativas xenófobas, machistas e discriminatórias que procuram dividir a sociedade e deslegitimar políticas de Igualdade.

Assistimos ao ataque sistemático aos Direitos Humanos e, de forma particularmente violenta, aos Direitos das Mulheres. Este contexto fere a Democracia nos seus princípios basilares e compromete o próprio funcionamento das instituições. E, como acontece em momentos de regressão democrática, são os grupos mais vulneráveis, especialmente as mulheres, os primeiros alvos.

Perante esta realidade, as Mulheres Socialistas – Igualdade e Direitos não podem limitar-se à reação. Devem organizar, mobilizar e intervir politicamente de forma consequente e estratégica, afirmando presença nos planos local, nacional e internacional. Devem ser voz ativa, força mobilizadora e estrutura influente no interior do Partido Socialista e na sociedade portuguesa.

A candidatura “Direitos com Igualdade” apresenta uma proposta política estruturada, mobilizadora e assumidamente transformadora. Defende uma estrutura nacional mais próxima das federações e das concelhias, mais articulada, mais presente e mais preparada para influenciar decisões. Propõe **uma liderança responsável, orientada para a ação concreta, para a construção de redes colaborativas na comunidade e para a afirmação de uma agenda feminista socialista clara, coerente e ancorada nos Direitos Humanos, na Democracia e no reforço da justiça social.**

A candidatura “Direitos com Igualdade” promove uma estrutura de lideranças interligadas, cooperantes e territorialmente enraizadas, uma estrutura que assuma uma nova forma de olhar para a presença das mulheres na política, afastando-se da mera adaptação a modelos antigos de poder, assumindo-se como transformação do próprio exercício do poder, tal como defendia Maria de Lourdes Pintassilgo.

PREÂMBULO POLÍTICO

"Não estou nada, mas nada mesmo interessada em que as mulheres façam aquilo que os homens fizeram durante séculos, milénios. O que me interessa é descobrir como as mulheres podem dar, de maneira original, uma contribuição para que vivamos uma História de dimensão Humana e de dimensão Global."

(Maria de Lourdes Pintassilgo, 1981)

Maria de Lourdes Pintassilgo nunca defendeu a mera substituição de protagonistas masculinos por protagonistas femininos. Defendeu algo mais exigente e mais transformador: uma verdadeira mudança de paradigma. Uma política onde a presença das mulheres não significasse adaptação a modelos herdados, mas sim a construção de uma nova forma de exercer o poder – mais ética, mais humanista, mais orientada para o bem comum, características que a nossa política atual vai perdendo, pelo que agora, mais do que nunca, é fundamental valorizar formas dignas de exercer poder.

O poder da perspetiva feminina não se mede pela capacidade de replicar modelos antigos; mede-se pela coragem de os questionar e de propor alternativas. É nesse horizonte que esta moção se inscreve.

O objetivo desta moção é promover lideranças femininas preparadas, qualificadas e politicamente conscientes, capazes de transformar a forma como se decide, como se governa e como se serve o bem comum. Não falamos de ocupação simbólica de lugares. Falamos de influência real, de competência, de responsabilidade e de visão estratégica.

A perspetiva feminina, muito além da presença de ornamentação ou intervenção residual, é estruturante e transformadora. A missão das **Mulheres Socialistas – Igualdade e Direitos** não pode limitar-se à reprodução de modelos antigos de poder nem à lógica meramente quantitativa da ocupação de lugares. O nosso compromisso é mais profundo: é contribuir para redefinir a própria cultura política.

A estrutura das Mulheres Socialistas – Igualdade e Direitos deve afirmar-se como espaço de reflexão e ação, capaz de redefinir a forma como o poder é exercido, partilhado e colocado **ao serviço da comunidade** e do **Partido Socialista**. Um poder entendido não como estatuto, mas sim como instrumento de transformação social.

Os Direitos das Mulheres são o resultado de sucessivas conquistas políticas: cada avanço na Igualdade nasceu da resistência, do conflito democrático e da mobilização coletiva. Nenhum direito foi oferecido. Todos foram conquistados. E todos podem ser perdidos se deixarem de ser defendidos, de forma ativa, com organização, vigilância e solidariedade.

Hoje enfrentamos uma nova vaga de ameaças: a normalização da violência contra as mulheres, o crescimento de discursos de ódio, o ataque à educação para a cidadania, a precarização do trabalho, o agravamento das desigualdades sociais e a tentativa de limitar a liberdade de escolha. Assistimos, também, a um movimento silencioso, mas persistente de afastamento das mulheres do espaço público e dos centros de decisão, esvaziando a Democracia da sua dimensão plural e inclusiva.

Perante este cenário, reafirmar princípios não é suficiente. É necessário agir com estratégia, reformular métodos, reforçar a organização e liderar um caminho colaborativo assente em lideranças partilhadas e territorialmente consolidadas.

As Mulheres Socialistas – Igualdade e Direitos não existem para cumprir calendário nem para repetir fórmulas. Existem para transformar realidades, para capacitar mulheres em todo o território e para afirmar que a

presença feminina na política deve traduzir-se numa nova ética pública, mais próxima, mais responsável e mais orientada para a justiça social. **A política de proximidade é um instrumento de fortalecimento democrático.**

A moção “**Direitos com Igualdade**” inspira-se na visão de Maria de Lourdes Pintassilgo: contribuir de forma original para uma História de dimensão humana e global. Essa ambição exige organização, trabalho em rede, reforço das estruturas concelhias, articulação ao nível federativo, formação contínua de lideranças e afirmação de uma agenda feminista socialista que não se limite à defesa do já conquistado, mas que avance com coragem na construção de novos horizontes de Igualdade.

Não queremos apenas participar na História. Queremos transformá-la. **Queremos construir e contribuir de forma diferenciada, ao lado dos homens, exercendo os direitos em Igualdade, numa Democracia mais plena e mais justa.**

Esta é uma candidatura de construção, de organização e, acima de tudo, de transformação coletiva, porque o atual contexto exige de todas nós uma participação efetiva.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

A presente moção orienta-se por princípios claros, firmes e politicamente assumidos para a construção da Igualdade, que são:

- Defesa intransigente de que **os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos fundamentais e universais, não sujeitos a relativizações** (culturais, conjunturais ou ideológicas);
- Promoção da Igualdade substantiva entre mulheres e homens**, em todos os domínios da vida social, política, económica e cultural, superando desigualdades estruturais e não apenas formais;
- Afirmação da **autonomia económica, da segurança e da participação política das mulheres como pilares centrais da liberdade individual** e da justiça social;
- Adoção de uma abordagem interseccional, transversal e sistémica no combate às desigualdades, reconhecendo que **as discriminações se acumulam e exigem respostas diferenciadas**;
- Reforço da organização política das mulheres em todo o território**, com especial incidência no nível local, como condição essencial para a transformação democrática;
- Compromisso inequívoco com a Democracia, o Estado de Direito e os valores do socialismo democrático e progressista**;
- Proteção ativa dos grupos que enfrentam situações de maior vulnerabilidade, discriminação ou risco de exclusão, assegurando que **ninguém fica para trás no processo de construção da Igualdade**.

Estes princípios são critérios de ação política e compromisso coletivo.

EIXOS ESTRATÉGICOS DE AÇÃO

“A essência dos Direitos Humanos é o direito a ter direitos.”

– Hannah Arendt

A presente moção estrutura-se em torno de cinco eixos estratégicos de ação que traduzem, em medidas concretas, os princípios políticos que assumimos. Cada eixo apresenta um conjunto de 7 prioridades claras e um programa de intervenção sustentado para o próximo mandato.

- I. Viver sem violência é um direito.
- II. Educação para a Empatia, Democracia para o Futuro.
- III. Autonomia Económica é Liberdade.
- IV. Direitos Iguais numa Sociedade Diversa.
- V. Mais Mulheres com Poder de Decisão.

Estes eixos são interdependentes. **Não há Autonomia Económica sem Segurança. Não há Igualdade substantiva sem Educação. Não há direitos efetivos sem Mulheres nos Espaços de Decisão.**

A sustentabilidade e a força de uma estrutura política assentam na robustez da sua rede colaborativa. A transformação nasce da proximidade, da organização territorial e da capacidade de mobilização. Reforçar a presença das mulheres nos espaços de decisão, nas autarquias, nas estruturas partidárias e na sociedade civil é um objetivo-condição para transformar políticas públicas. Por isso, o Eixo V assume-se como pilar estruturante dos restantes. Sem organização política, não há influência. Sem influência, não há mudança.

EIXO I – VIVER SEM VIOLÊNCIA É UM DIREITO

Da denúncia à proteção efetiva

“A mulher tem o direito de lutar pela sua dignidade.”

(Maria Barroso, 1990)

A violência contra as mulheres é uma ferida aberta na Democracia. É uma das mais graves violações dos Direitos Humanos e a prova cruel de que a Igualdade ainda não é uma realidade. Quando mais de duas em cada dez mulheres já sofreram violência em relações de intimidade – sendo as mais jovens as que mais a denunciam – sabemos que não são casos isolados. Na realidade, estamos perante uma falha estrutural que exige resposta política firme e inadiável.

Este fenómeno alimenta-se de desigualdades de poder persistentes, de silêncios institucionais e de respostas que, demasiadas vezes, chegam tarde ou são insuficientes. Combater os retrocessos exige ação política firme, integrada e continuada, porque a violência contra as mulheres cresce, ao invés de recuar.

Este eixo assume o combate à violência doméstica e de género como prioridade permanente, articulando prevenção, proteção, responsabilização e promoção da autonomia.

Medidas prioritárias:

1. Defender o afastamento imediato do agressor, com vigilância eletrónica obrigatória em situações de risco elevado, garantindo a concretização efetiva das medidas de afastamento.
2. Propor a criação de um mecanismo nacional de acompanhamento pós-denúncia, assegurando que nenhuma vítima fica entregue a si própria após o primeiro passo.
3. Reforçar o financiamento das casas de abrigo e criar soluções habitacionais transitórias seguras e dignas.
4. Propor e defender medidas que assegurem a prioridade no acesso a emprego e formação profissional para vítimas de violência.
5. Garantir a disponibilização de formação obrigatória e contínua para magistrados, forças de segurança, profissionais de saúde e técnicos municipais no âmbito do combate à violência de género.
6. Apoiar a criação de núcleos concelhios de acompanhamento jurídico e social, em articulação com as autarquias e organismos da sociedade civil.
7. Apresentar um relatório político anual sobre violência de género, promovendo o escrutínio público e a transparência.

O combate à violência de género deve permanecer no topo da agenda política das MS-ID, com intervenção ao nível da produção legislativa, da ação autárquica e com presença territorial ativa. As MS-ID devem afirmar este combate como foco de intervenção política regular, apresentando e trabalhando em parceria com os diferentes órgãos legisladores e fiscalizadores e com organismos da sociedade civil na elaboração de propostas legislativas, ação autárquica e trabalho de proximidade no território.

Princípio político: Viver sem violência é um direito fundamental e inalienável. Nenhuma mulher deve ser colocada perante a escolha entre a violência e a sobrevivência.

EIXO II – EDUCAÇÃO PARA A EMPATIA, DEMOCRACIA PARA O FUTURO

Prevenir antes de reparar

***Se alguém privilegiarmos, que sejam os mais discriminados, os mais desfavorecidos.
Outra coisa não nos pode pedir a justiça."***

(Maria de Lourdes Pintassilgo)

A Igualdade aprende-se e constrói-se. A violência previne-se. A Democracia preserva-se.

A Educação para a Cidadania, para a Igualdade e para os Direitos Humanos é um pilar essencial da coesão social. Segundo a PORDATA, em Portugal a taxa de mulheres com contrato de trabalho temporário é de 16,3%. Esse valor aumenta para 34,9% no caso de pessoas estrangeiras.

Este é hoje um dos principais campos de disputa democrática. É também alvo preferencial de forças reacionárias e da extrema-direita, que procuram deslegitimar políticas de Igualdade e enfraquecer a escola pública como espaço de formação crítica.

Este eixo reforça que não há Igualdade sustentável sem educação para a empatia e para os Direitos Humanos. Prevenir a violência é uma responsabilidade política coletiva.

Medidas prioritárias:

1. Defender a consolidação da Educação para a Cidadania em todos os ciclos de ensino.
2. Propor a implementação de programas estruturados de prevenção da violência no namoro, com intervenção regular nas escolas.
3. Propor uma estratégia nacional de combate à ciberviolência, à cultura misógina digital e ao discurso de ódio, designadamente através do lançamento regular de campanhas de sensibilização.
4. Estabelecer parcerias com federações desportivas para promover Igualdade no desporto juvenil.
5. Implementar o **programa “Democracia em Rede”** para capacitação de jovens mulheres em liderança cívica.
6. Criar um Observatório MS-ID para monitorizar retrocessos legislativos e discursivos em matéria de igualdade.
7. Propor medidas de regulação das Redes Sociais com forma de combate ao discurso de ódio e à ciberviolência, bem como a todas as formas de violência de género emergentes.

Este eixo reforça a mobilização de mulheres, homens e jovens para a disputa do espaço cultural, desportivo e cívico às forças antidemocráticas.

Princípio político: Educar para a empatia é fortalecer a democracia.

EIXO III – AUTONOMIA ECONÓMICA É LIBERDADE

Trabalho digno, rendimento justo, serviços de apoio e tempo para viver.

“Há conquistas e direitos que têm que ser permanentemente defendidos...”

Desde 1990 que temos consagrado na lei ‘trabalho igual, salário igual’ e, no entanto, as mulheres continuam a ganhar menos que os homens.”

(Maria de Belém Roseira, 2016)

A autonomia económica é condição indispensável para a liberdade. Sem independência económica, não há poder de escolha. As mulheres continuam a enfrentar desigualdades salariais persistentes, precariedade

laboral, interrupções de carreira e sobrecarga do trabalho de cuidado. As mulheres ganham em média 14% menos que os homens. Estas desigualdades têm impacto direto na independência e na qualidade de vida das mulheres.

Este eixo assume a autonomia económica como dimensão central da igualdade substantiva.

Medidas prioritárias:

1. Defender **auditorias salariais obrigatórias** em médias e grandes empresas, com especial incidência na atribuição de suplementos remuneratórios e outras regalias.
2. Propor **penalizações efetivas por incumprimento** da igualdade salarial, incentivos fiscais às empresas cumpridoras e promover ativamente o combate ao trabalho precário e não declarado.
3. Propor a **valorização do trabalho informal do cuidado e o desenvolvimento de formas de reconhecimento** para efeitos de proteção social.
4. Promover a defesa da **cobertura universal da rede pública de creches**.
5. Defender **horários flexíveis (evoluindo para a semana de 4 dias) e teletrabalho regulado com salvaguarda de direitos**, bem como **licenças parentais obrigatoriamente partilhadas de forma equilibrada (50/50)**.
6. Propor a criação de plano específico para **apoio a famílias monoparentais e pessoas com deficiência**, em especial mulheres.
7. **Incentivar a participação de mulheres em setores estratégicos e tecnológicos** através de campanhas de sensibilização.

Este eixo constitui um forte instrumento para a mobilização das estruturas concelhias, das autarquias e das mulheres trabalhadoras, cuidadoras e famílias monoparentais.

Princípio político: A igualdade também se constrói na salvaguarda do equilíbrio entre o trabalho, o tempo pessoal e das tarefas da vida quotidiana.

EIXO IV – DIREITOS IGUAIS NUMA SOCIEDADE DIVERSA

Interseccionalidade como método de ação política

“A mulher é a guardiã do impossível.”

(Augustina Bessa-Luís, 2019)

A desigualdade tem múltiplas faces e torna-se mais profunda quando atinge quem acumula fatores de discriminação. As desigualdades cruzam-se, reforçam-se e perpetuam exclusões.

Trabalhar pela Igualdade exige a adoção de políticas interseccionais. A interseccionalidade é uma realidade concreta, que não podemos ignorar, e que reflete desigualdades sistémicas. Os dados são claros: a precariedade quase duplica entre mulheres migrantes; o risco de pobreza é mais elevado nas mulheres com deficiência; 77% das mulheres trans reportam discriminação; 31% das famílias monoparentais, maioritariamente chefiadas por

mulheres, vivem em risco de pobreza. Em 2024, mais de dois terços (66,4%) das pessoas com deficiência, acima dos 16 anos, enfrentavam risco de pobreza antes das transferências sociais, o dobro das pessoas sem deficiência.

Neste eixo propomos desenhar políticas diferenciadas para áreas de atuação distintas, nomeadamente:

- Discriminação de género;
- Deficiência;
- Migrações;
- Racismo;
- Direitos das pessoas LGBTIQIA+;
- Pobreza, habitação e exclusão social;
- Outras variáveis.

Medidas prioritárias:

1. Defender acessibilidade universal em todos os serviços públicos.
2. Propor a criação de um **plano específico de apoio a mulheres com deficiência**.
3. Formular propostas para a **adoção de estratégias locais de integração para mulheres migrantes e racializadas**.
4. Formular propostas no campo das políticas de habitação que discriminem positivamente **mulheres em situação de vulnerabilidade** e as famílias monoparentais.
5. Apresentar propostas que garantam **acesso efetivo à saúde sexual e reprodutiva, bem como à saúde mental**.
6. Promover a implementação de **programas locais de combate à pobreza das mulheres, particularmente na velhice, e das pessoas com deficiência**.
7. Monitorizar dados desagregados por género e outras variáveis e **avaliar o impacto dos diversos tipos de Planos para a Igualdade**.

A ação política deverá centrar-se nas mulheres com deficiência, migrantes, racializadas, em situação de monoparentalidade, pobreza ou sem-abrigo, garantindo acesso efetivo à saúde, à habitação e aos serviços públicos.

Este eixo afirma a identidade das MS-ID enquanto estrutura feminista socialista, inclusiva, progressista e ancorada nos direitos humanos.

Princípio político: Não há igualdade sem inclusão com equidade.

EIXO V – MAIS MULHERES COM PODER DE DECISÃO

Organizar e liderar para transformar

“O poder pode ser exercido de duas maneiras: como algo que dá estatuto ou como algo que permite uma liderança para mudar as coisas para melhor.”

(Maria de Lourdes Pintassilgo, 1979)

A igualdade não se consolida sem mulheres nos espaços de decisão e sem uma forte rede, territorialmente enraizada. Não basta presença simbólica; é necessária influência efetiva.

Como afirmava Sophia de Mello Breyner, não há Democracia plena sem Igualdade. Essa Igualdade começa na organização política das MS-ID.

Na própria casa da Democracia, a paridade falha e o espírito da Lei da paridade não é cumprido. Na atual legislatura, apenas 77 dos 230 mandatos parlamentares são ocupados por mulheres, representando apenas 33,5% dos assentos na Assembleia da República, em vez dos 40% que deveriam existir.

Este eixo assume como prioridade o reforço das estruturas territorializadas e a promoção de lideranças femininas em todos os níveis de decisão política, económica e social.

Medidas prioritárias:

1. Propor a revisão da Lei da Paridade, tornando **obrigatória a alternância de género nos dois primeiros lugares das listas** das candidaturas a todas as Eleições.
2. Propor a obrigatoriedade do cumprimento do **limiar da paridade (40%) nos órgãos diretivos das associações nacionais de autarcas (ANMP e ANAFRE)** e do setor associativo em geral.
3. **Descentralizar a atividade das MS-ID** e desenvolver um programa anual de formação em comunicação política.
4. **Reforçar as estruturas de base concelhia das MS-ID** com apoio formativo e logístico, implementando planos nacionais e locais de capacitação política.
5. Criar uma **rede nacional de mentoria entre mulheres eleitas e jovens militantes socialistas direcionada para os desafios emergentes**.
6. Estabelecer **mecanismos internos de acompanhamento da paridade efetiva**.
7. Reforçar articulação com o Parlamento português, a PES Women e outras redes europeias.

Este eixo transforma a moção num instrumento ativo de organização, mobilização e capacitação política.

Princípio político: Reforçar o papel das mulheres na decisão é reforçar a Democracia.

CONCLUSÃO

A moção **“Direitos com Igualdade”** é mais do que um documento programático. É um compromisso político claro, exigente e transformador com a defesa da Democracia, da justiça social e dos Direitos Humanos.

Assume uma estratégia estruturada e coerente, orientada para resultados concretos e para o reforço da intervenção política das Mulheres Socialistas – Igualdade e Direitos, em todos os níveis de decisão e em todo o território. Não propomos declarações simbólicas. Propomos ação política consequente. Não aceitamos retrocessos. Exigimos avanços.

Vivemos um tempo em que os direitos conquistados não estão garantidos. A ofensiva contra a Igualdade, a banalização da violência e a tentativa de deslegitimação das políticas públicas de Direitos Humanos exigem firmeza democrática, clareza ideológica e capacidade de mobilização.

Os Direitos das Mulheres não são um tema setorial. São um indicador da qualidade do Estado de Direito. São um critério de maturidade democrática. São um teste à coerência das nossas instituições.

Porque onde as mulheres vivem com medo, a Democracia falha.

Onde as mulheres ganham menos, a justiça social é incompleta.

Onde as mulheres não decidem, a Democracia é limitada.

Escolhemos não ser espectadoras. Escolhemos liderar. Escolhemos estar do lado certo da História. Com organização. Com coragem política. Com Igualdade.

Nota: este é um documento dinâmico, aberto a contributos que enriquecerão do trabalho das MS-ID em cada momento.



LA SALETTE MARQUES

Candidata a Presidente das MS-ID



MS-ID
MULHERES SOCIALISTAS
QUALIDADE E DIREITOS